O JUDICIÁRIO

JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES • ANO III - Nº 29 - SETEMBRO DE 2008 • WWW.AMC.ORG.BR

Perfil: nova seção do jornal desvenda desembargador Lédio Rosa de Andrade

Páginas 6 e 7

Evento em Piratuba entusiasma público a participar da Semana da Paz

Página 13

AMB lança campanha pelo voto livre e consciente

Carol Reginato

Presidente da AMB, juiz Mozart Valadares (3º à esq.), afirma que a iniciativa será uma oportunidade para que juízes dialoguem com os eleitores

Com a presença de magistrados, jornalistas e políticos foi lançada, no dia 4 de setembro, em Florianópolis, a segunda fase da campanha "Eleições Limpas", iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O objetivo agora é estreitar os laços entre a Justiça Eleitoral e a sociedade, estimulando um comportamento ético e fiscalizador do cidadão ao votar. "A idéia é orientar o eleitor para que ele esteja atento ao processo eleitoral e vote de acordo com a sua consciência, livre de qualquer tipo de pressão", destacou o presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão.

Página 14

ENTREVISTA

Marcos Barboza relaciona mídia e Judiciário

Página 4

ENCONTRO

Evento sobre adoção reúne 700 pessoas

Página 12

MODERNIZAÇÃO

Brasília sedia Encontro Nacional do Judiciário

Páginas 8 e 9

DESPEDIDA

Des. Orli avalia carreira às vésperas de aposentadoria

Página 11

Editorial

Juízes de Paz

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por deliberação consensual, está orientando os Tribunais de Justiça para a realização de eleições diretas para a escolha dos juízes de paz e ampliação de suas funções, na forma da Carta de 1988.

A função do juizado de paz foi criada no Brasil colônia, no tempo das capitanias (1549), por uma estrutura judicial erguida pelos donatários, que escolhiam pessoas de sua confiança, para exercer trabalhos de aproximação social, em razão de conflitos interpessoais, casamentos e relações familiares, sem a chancela da magistratura. Estes juízes tiveram grande influência até a instalação do primeiro Tribunal da Relação, na Bahia, em 1609, integrado por desembargadores oriundos de Portugal.

A constituição imperial de 1824 consignou a presença do juiz de paz, no art. 161, firmando que: "sem se fazer constar, que se tem intentado o meio de reconciliação, não se começará processo algum". E no art. 162: "para este fim haverá Juízes de Paz, os quais serão electivos pelo mesmo tempo, por que se elegem os vereadores das Câmaras. Suas atribuições e Districtos serão regulados por lei". Na constituição de 1891, os juízes de paz foram excluídos. No regime autoritário getulista, vivificada nas Cartas de 1934 e na "polaca" de 1937, igualmente.

Retornaram na constituição democrática de 1946 (art.124,X,), consignando que "poderia ser instituída a justiça de paz temporária, com atribuições judiciárias de substituição, exceto para julgamentos finais ou recorríveis e competência para a habilitação e celebração de casamentos e outros atos previstos em lei.

A denominada "carta cidadã" de 1988, no art.88, II, explicitou que a justiça de paz remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto e secreto, com mandato de quatro anos, competente para celebrar casamentos, processos de habilitação, exercendo funções conciliatórias, sem caráter jurisdicional.

A constituição catarinense de 1989, art. 92, repete o texto da federal, sendo que no art.16 das Disposições Transitórias, fixa: "A legislação que criar a Justiça de Paz: I – disporá sobre o aproveitamento dos juízes de paz que adquiriram estabilidade nos termos do art. 6º.: II – manterá os atuais juízes de paz até a posse dos novos titulares eleitos, assegurando-lhes os direitos conferidos a estes".

A deliberação do CNJ, a princípio, não tem aplicação em Santa Catarina, pois que não existe (ao que se conhece) legislação complementar sobre o tema, mas sim práticas que vêm desde a Constituição de 1946, quando os governadores do Estado, até a edição da nova Carta estadual, nomeavam os juízes de paz. Atualmente, as nomeações são da competência do Tribunal de Justiça, que procede de acordo com as indicações feitas pelos magistrados das comarcas interioranas, para o preenchimento das funções.

Cartas

imprensa@amc.org.br

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A respeito da matéria "Pesquisa questiona qualidade do ensino superior em Santa Catarina", publicada na edição de junho de "O Judiciário", é necessário fazer uma correção.

Citou-se que oito universidades de Santa Catarina estavam em dívida com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação por não terem 1/3 dos docentes em regime de trabalho Tempo Integral (TI). Foi incluída nesta lista a Universidade Estácio de Sá. Só que ela não se localiza em Santa Catarina, mas no Rio de Janeiro.

A Estácio de Sá, que tem seu campus em São José, na Grande Florianópolis, é uma faculdade e não uma universidade e apesar de não ter obrigação de ter professores em Tempo Integral, ela possui, atualmente, 20% dos cerca de 300 docentes em regime de TI. E mais de 70% dos professores são mestres e doutores.

No último Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, o curso de Direito da Estácio de Santa Catarina aprovou 41%.

• Direção da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina

Memória

Arquivo pessoal - Carolina Rodrigues Alves

Na foto dos anos 70, da esquerda para a direita, os desembargadores Reynaldo Rodrigues Alves, Euclydes Cerqueira Cintra, desembargadora Tereza Tang, Ary Oliveira (presidente), Eugênio Taulois Trompowski, Aires Gama F. de Mello e respectivas esposas.

AMC
Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi,
Florianópolis/SC. CEP: 88034-570
Telefone: (48) 3231 3006
www.amc.org.br | imprensa@amc.org.br

Diretoria Executiva
Pres. Juiz José Agenor de Aragão,
1º vice-pres. Des. Solon d'Eça Neves
2º vice-pres. Juiz Paulo Marcos de Farias

Sec. Geral Juiz Luís Fco. Delpizzo Miranda
1º sec. Juiz Marcelo Volpato de Souza
2º sec. Juiz Rudson Marcos

Tesoureiro Des. Solon d'Eça Neves
1º Tes. Juiz Laudenir Fernando Petroncini

O JUDICIÁRIO
Ano III, nº 29 - Setembro/2008
Tiragem: 3 mil exemplares
Impressão: Gráfica Rio Sul
Distribuição Gratuita

Coordenação Editorial
Desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi

Jornalista responsável
Fabrício Severino/ SC01061-JP

Produção e Edição
Fabrício Severino, Amanda Mariano e Jade M. Lenhart

Colaboração
Assessoria de imprensa do TJ/SC, AMB e Conjur

Projeto gráfico
Amanda Mariano

Diagramação
Amanda Mariano

Prisão e algemas

MAURÍLIO MOREIRA LEITE •

O Código de Processo Penal não cuidou do uso de algemas, limitando-se a determinar que, no caso de prisão, "Não será permitido o emprego de força, salvo a dispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso" (art. 284). Por sua vez, o Código de Processo Penal Militar, no art. 234, § 1°, limitou seu uso fixando que "O emprego de algemas deve ser evitado, desde que não haja perigo de fuga ou de agressão da parte do preso, e de modo algum será permitido, nos presos a que se refere o art. 242". (Ministros de Estado, Governadores, Magistrados, Ministros de confissão religiosa etc.). Recentemente, a Lei n° 11.689, de 9 de junho de 2008, que definiu o procedimento relativo ao Tribunal do Júri, em seu artigo 474, § 3°, determinou: "Não se permitirá o uso de algemas no acusado durante o período em que permanecer no plenário do júri, salvo se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou à garantia da integridade física dos presentes". A proibição teve por finalidade evitar que aquela situação venha influenciar a decisão dos jurados. Tanto que, no artigo 478, I, proíbe que nos debates sejam feitas referências às razões de o réu se encontrar algemado (se for o caso).

Embora amplamente utilizadas há muito tempo, ultimamente a questão tem sido constantemente ventilada nos mais variados setores da sociedade a ponto de o Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada no dia 13 de agosto de 2008, emitir a Súmula Vinculante n° 11, de seguinte teor: "Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado".

Não será fácil o cumprimento de tal orientação haja vista a ausência, na maioria das hipóteses, de dados objetivos para que a autoridade ou seu agente se conscientize da necessidade do uso de algemas. É um enigma colocado diante do policial para, de imediato, ser decifrado, com cominação se não optar pela solução adequada. Considere-se uma prisão em flagrante de crime em que foi utilizada arma de fogo, sem que se conheça seu autor, sua personalidade, seus antecedentes etc. Evidente que a situação, por si só, justificaria o uso de algemas.

A resistência à prisão, embora não imediata, poderá ocorrer quando do encaminhamento do preso à Delegacia de Polícia pertinente, bem como sua fuga. Não possuindo "bola de cristal" para se inteirar de comportamento futuro do preso, o policial deverá contar, tão-somente, com o elemento "sorte". Cada ocorrência apresenta-se com conotação diversa, sendo impossível fixar antecipadamente normas a serem utilizadas. A decisão da necessidade de uso de algemas deve ficar sob o encargo do policial e somente em caso de evidente abuso deverá ser responsabilizado.

A justificação por escrito constitui mais um formalismo, dos muitos que existem na administração pública. Basta a menção à necessidade do uso de algemas quando da lavratura do flagrante. No caso de cumprimento de prisão preventiva, a justificativa poderá ser feita no próprio mandado judicial.

Divulgação

Criada, por decisão judicial, nulidade não prevista no Código de Processo Penal, pois que o uso indevido de algemas determinará a "nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere". As nulidades estão previstas nos artigos 563 e seguintes do Código de Processo Penal. Das muitas arroladas, a única que poderia ser enquadrada o uso indevido de algemas seria a prevista no item IV, do artigo citado de seguinte teor – "por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato". Ora, nos termos do artigo 5°, inciso LXI, da Constituição Federal, "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente ...".

Ocorrendo prisão em flagrante, consoante estabelecido no artigo 302 do Código de Processo Penal, a lavratura do termo dar-se-á com o cumprimento das normas estabelecidas no artigo 304 e seguintes do Código de Processo Penal. Nenhuma referência existe ao uso de algemas. Evidente, a conclusão que se chega é que o uso de algemas não é inerente à formalização do auto de prisão em flagrante. Portanto, não é formalidade essencial do ato. Logo, não pode ser considerada como nulidade de ato que lhe é anterior.

O mesmo pode ser dito quando do cumprimento de mandado de prisão preventiva, quando o uso de algemas não diz respeito à quaisquer das formalidades previstas no artigo 312 e seguintes do código citado.

• Desembargador de SC

Lei Seca

SALIM SCHEAD DOS SANTOS •

A "lei seca", (alterações introduzidas no Código Nacional de Trânsito pela lei 11.705/08) não se assemelha àquela que, nos Estados Unidos, proibiu a venda, o transporte, a importação e a exportação de bebidas alcoólicas em toda a área daquele país. Menos ambiciosa, porém relevante, visa "estabelecer alcoolemia 0 (zero) e impor penalidades mais severas para o condutor que dirigir sobre a influência do álcool" e assim reduzir o número de vítimas fatais em acidentes. As estatísticas demonstram que, no Brasil, 70% das 50.000 mortes ocorridas no trânsito são provocadas por condutores que estavam dirigindo após ingerirem bebida alcoólica. O legislador nada mais fez do que dar efetividade ao direito à vida garantida pela Constituição.

Essa meta, compartilhada por todos, sofre restrições quanto à sanção administrativa que pode ser imposta ao condutor que se recusa a submeter-se a qualquer um dos procedimentos previstos no art. 277, "Caput" (dentre os quais o teste do bafômetro), ao argumento de que esse dispositivo contraria o princípio jurídico segundo o qual ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, além de violar o direito constitucional do devido processo legal.

Ambos são respeitáveis, mas analisando-se a lei sob o ponto de vista do princípio da proporcionalidade, conclui-se que ela é incensurável, pois é adequada, uma vez que se mostra apta a atingir o objetivo pretendido (redução das mortes no trânsito).

É necessária, pois inexistem outros meios menos gravosos para se atingir esse fim e é proporcional em sentido estrito, posto que o ônus imposto ao cidadão (não dirigir após ingerir bebida alcoólica) é inferior ao benefício que sua aplicação irá proporcionar. Isso não impede que se reconheça, pelo menos em princípio, a razoabilidade da interpretação que os Tribunais vem dando ao § 3º do art. 277 do CNT, no sentido de que a imposição de sanção administrativa ao condutor só é legal quando, havendo suspeita de estar dirigindo sob o efeito do álcool , recusa-se a submeter-se aos testes para verificação de seu estado.

Como destacou o Des. Luiz César Medeiros ao conceder Habeas Corpus preventivo, o "que se visa tolher com a presente medida é a penalização administrativa de condutores que, apesar de não se submeterem ao teste de alcoolemia, demonstram estar aptos a conduzir seus veículos."

Divulgação

• Desembargador de SC

Imprensa e Judiciário sustentam democracia

Marcos Barboza defende convergência para manutenção do estado de Direito

Divulgação| RBS

Executivo do Grupo RBS acredita na complementação dos veículos

O entrevistado desta edição de O Judiciário não é formado em Direito, mas guarda uma relação íntima com o universo jurídico. Filho de juiz do Trabalho e de mãe advogada, irmão de procuradora da República e casado com uma bacharel em Direito, Marcos Noll Barboza está, desde janeiro deste ano, a frente de um grande desafio: dirigir, em Santa Catarina, um dos mais fortes grupos de comunicação do país, a RBS. O executivo (com formação em administração de empresas e pós-graduado em Harvard) fala neste espaço sobre o seu trabalho, o papel da imprensa e suas relações com o Poder Judiciário. Confira:

***O Judiciário* - Como tem sido o desafio de dirigir, aqui em Santa Catarina, um dos grupos mais fortes de comunicação do país?**
Marcos Barboza - Dirigir o Grupo RBS em Santa Catarina tem sido uma experiência enriquecedora. Nós temos valores, princípios e políticas que direcionam nossas decisões, mas precisamos analisar as situações de forma individual, caso a caso, na medida em que nossa atividade é de natureza humana e subjetiva. Minha rotina é bastante variada, o que me faz viver diferentes situações e experiências no meu dia-a-dia. É grande a nossa responsabilidade junto à sociedade enquanto empresa líder de comunicação. Procuro exercer minhas funções, portanto, sempre com esta responsabilidade em mente. Minha dedicação ao trabalho é grande, sendo difícil equilibrá-lo com as demais coisas importantes para mim. Mas é muito recompensador ver a contribuição de nossa empresa para a comunidade, o que me faz ter certeza de que o esforço vale a pena.

***OJ* - Há quem diga que o futuro do jornal impresso está com os dias contados. O senhor concorda com essa afirmação?**
MB - Não. Nós, no Grupo RBS – e no setor de forma geral – acreditamos na longevidade do jornal impresso. Uma demonstração clara desta crença são os investimentos recentes na melhoria dos parques gráficos dos jornais Diário Catarinense e Hora de Santa Catarina, em Florianópolis, do A Notícia, em Joinville, e também em Blumenau, na rotativa do Jornal de Santa Catarina. Nós acreditamos na necessidade da melhoria constante do produto para se adequar a um período de profundas mudanças. O papel do jornal impresso está mudando, ficando cada vez mais analítico e antecipando o que deve acontecer. Já os jornais e demais sites de informações na Internet estão ficando com o papel de dar a notícia em primeira mão. Não vemos o mundo digital, portanto, como um inimigo do jornal impresso. Pelo contrário, acreditamos que a versão digital serve como uma extensão da versão impressa. Juntas, estas duas mídias vão expandir a audiência dos veículos de comunicação.

***OJ* - E com relação ao rádio e à televisão, a RBS tem algum plano de expansão para o interior do Estado?**
MB - O Grupo RBS tem por característica ser uma empresa inquieta. Estamos sempre atentos a novas oportunidades de negócios. Nós vemos em Santa Catarina, claramente, oportunidades de crescimento. No próximo ano vamos comemorar três décadas de atuação no Estado. Somos, atualmente, a empresa de comunicação com a maior cobertura editorial do Estado e com mais tempo em operação em SC. Nós começamos aqui em 1979, com uma emissora de televisão e, hoje, operamos uma plataforma multimídia formada por veículos líderes. Isso não quer dizer que estamos acomodados ou que não enxergamos oportunidades de crescimento. Existem oportunidades hoje e a tendência é que, no futuro, existirão ainda mais, em função do crescimento econômico do Estado, que está em ritmo acelerado.

***OJ* - Ao que tudo indica, a era da internet chegou com força. Um exemplo são os blogs, cada vez mais em voga. Pode-se afirmar que este segmento de comunicação engolirá os demais ou a internet será mais um veículo que complementará o rádio, a TV e o jornal impresso?**
MB - Os meios de comunicação passam por uma revolução sem precedentes. A internet, sem dúvida, é uma mídia inovadora, mas é complementar aos veículos tradicionais como rádio, televisão e jornal. Ninguém sabe ao certo como será o futuro da comunicação. No entanto, temos certeza de que, cada vez mais, deixaremos de pensar em mídias independentes e vamos trabalhar orientados pela convergência. Não nos vemos como geradores e distribuidores de informação para rádio, jornal, internet ou televisão, mas sim como produtores de conteúdo multimídia. Um conteúdo com qualidade e credibilidade. Como disse, a internet será responsável pela publicação do hard news, da notícia imediata, factual. Já o jornal impresso terá um papel de oferecer a informação mais completa, analítica. Cada vez mais o jornal impresso deverá antecipar a informação, projetando o que vai acontecer. Os blogs têm um papel importante por dois aspectos: o primeiro pela maior participação e interação com o público, o chamado jornalismo cidadão. O segundo ponto é a questão do localismo. Vivemos em uma aldeia global, mas a informação local é a que desperta o maior interesse. Os blogs podem exercer esta função, de levar a informação sobre a realidade local, a partir, é claro, da visão individual de seu redator.

***OJ* - O que precisa ser feito para melhorar as relações entre o Poder Judiciário e a Imprensa?**
MB - Penso que este é o momento certo para discutirmos sobre a relação entre imprensa e judiciário. Isto porque o fluxo de informações está cada vez mais complexo. Uma tendência clara do setor de mídia é a multiplicação dos meios de comunicação e, ao mesmo tempo, a convergência destes meios. Esta nova realidade nos traz desafios ainda maiores na compreensão do que pode ou não pode, do que deve ser publicado e do que não deve. É dentro deste cenário que precisamos analisar a relação entre imprensa e judiciário. Uma relação caracterizada pelo respeito mútuo. Embora com papéis distintos, judiciário e imprensa compartilham do mesmo propósito final: sustentar o estado democrático. Este objetivo único é a grande convergência entre judiciário e imprensa. É a convergência da democracia, em que também fazem parte os demais poderes constituídos. Judiciário e imprensa compartilham também algo muito importante: princípios. Princípios como verdade, responsabilidade, equilíbrio, pluralismo e independência. Ambas trabalham pela defesa da liberdade, dos direitos civis, dos direitos humanos. Isto, por si só, justifica uma ação cada vez mais próxima entre as instituições. Mas existem também alguns desencontros que podem ser reduzidos ou até eliminados. Pessoalmente, acredito que o conhecimento mútuo, o diálogo e a transparência certamente serão os indutores de uma relação mais próxima e propositiva, em que a sociedade é a maior beneficiada.

***OJ* - A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) divulgou, recentemente, a relação dos candidatos com "ficha suja". O senhor concorda com essa divulgação?**
MB - Tudo o que representar maior transparência, mais informação é sempre bem vindo. A decisão da AMB, inédita na história republicana, gerou o debate público em torno do assunto. Somente por esta repercussão já pode ser considerada uma ação louvável sob o ponto de vista do direito irrestrito à liberdade de informação. Quanto maior for o acesso da população às informações sobre os candidatos, não só sobre suas propostas, mas também sobre sua vida pregressa, certamente maior será a sua capacidade de escolha na hora de votar. Independente da discussão gerada pelo fato da divulgação, é preciso valorizar este tipo de iniciativa. Não vejo o projeto Eleições Limpas, criado pela AMB, como uma ameaça aos candidatos que questionaram a divulgação de seus nomes. Vejo, sim, como mais uma oportunidade de informação para o eleitor. Basta ele acessar o site da AMB e fazer a consulta. Isto é transparência. Isto é informação de interesse público.

***OJ* - Em que pese o descrédito da população com a classe política, o senhor acha que o Brasil vive um novo momento do ponto de vista da democracia, do processo eleitoral, ou seja, o eleitor tem demonstrado um pouco mais de vontade de participar mais ativamente da escolha dos seus candidatos? Ou ainda sofremos e vamos sofrer por muito tempo do chamado "analfabetismo político"?**
MB - Estas eleições municipais repetem um fenômeno comum nos últimos anos: as campanhas começam frias, com pouca ou nenhuma mobilização, ficam mornas com a entrada do programa eleitoral gratuito e tendem a esquentar na reta final, no mês de setembro. No Brasil somos submetidos, a cada dois anos, a eleições. Isto acaba criando um processo desgastante para o eleitor. Aliado a este fator, existe o descrédito da população em relação ao modelo tradicional de fazer política, motivado pelos sucessivos escândalos, que criam uma imagem difícil de ser revertida pelos candidatos. Uma pesquisa divulgada pela Associação dos Magistrados Brasileiros junto com o Tribunal Superior Eleitoral revela que ,para 85% da população, os políticos são os únicos beneficiados com as eleições. Esta imagem, sem dúvida, é ruim. Acredito que somente campanhas mais propositivas, sem ataques pessoais, podem ajudar a reverter este quadro. São elas que devem se sobressair. E isto, sem dúvida, é bom para a democracia, melhor ainda para o país.

Evento discute ações de medicamentos

Seminário 'Judicialização da Saúde' busca alternativas para economia de recursos e melhor gestão na entrega de remédios

Desde 2005, a Vara da Fazenda Pública, da comarca de Lages, discute possibilidades para controlar as ações de medicamentos, visando economia de recursos e melhor gestão na entrega de remédios. No dia 22, o Seminário "Judicialização da Saúde" reuniu juízes, procuradores, secretários municipais de saúde, entre outras autoridades, de diversas cidades, como Florianópolis, Concórdia e Indaial, para resolver esse impasse.

A Justiça determina, por liminar, que o Estado forneça gratuitamente ao cidadão medicamentos com alto custo para o tratamento da doença, quando não há condições. Dependendo da gravidade, a licitação pode ser dispensada.

Portadores de doenças raras e graves, como a de Gouchet, que são 300 no Brasil e de Duchenne, a mais comum e mais grave distrofia muscular, em que muitos morrem antes de completar 20 anos, são exemplos de autores da ação.

Em Santa Catarina, apenas no primeiro semestre deste ano, foram movidas 1.420 ações. Em 2007 foram 2.511, um gasto de R$ 60 milhões.

Para melhor fiscalização é necessária a prova de uso contínuo da medicação, por laudos médicos, pois é possível que o paciente continue medicado e a patologia já não exista mais. E a prescrição de remédios que constem na lista da farmácia básica ou similares, em que o princípio ativo seja o mesmo. Nem sempre há profissional que oriente.

A lista deve ser revista a cada dois anos, e tem, atualmente, 57 medicamentos. A elevação de ações entre 2002 e 2007, preocupa o Poder Público, superior a 1000%, uma despesa sem que, necessariamente, se promova iniciativas para toda a população.

De acordo com o juiz da Vara da Fazenda, onde tramitam essas ações, Sílvio Dagoberto Orsatto, "quando a questão pára no Judiciário, o paciente pode piorar, assim como a questão orçamentária pública".

A maioria dos palestrantes destacou o artigo 196, da Constituição Federal, que assegura a todos o direito igualitário à saúde, ou seja, o Estado deve atender de forma homogênea, beneficiando universalmente. É o caso do Sistema Único de Saúde - SUS.

A abertura do evento foi realizada pelo juiz da Vara da Fazenda, Sílvio Orsatto, e pelo presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde e prefeito de São Joaquim, Newton S. Fontanella, que ressaltou o engajamento de todos os municípios da serra em prol da regularização.

O juiz da 2ª Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Jaime L. Vicari, salientou que "falta diálogo entre os poderes e desconhecimento de procedimentos". Já a juíza substituta de 2º grau da 3ª Câmara de Direito Público, Sônia M. Schmitz, afirmou que "existe o chamamento da União para desafogar e dividir essa carga de recursos", mas negou que não possuía postos de saúde e nem gerência para regularizar.

Divulgação| Vara da Fazenda

O encontro reuniu juízes, procuradores e secretários municipais de saúde de diversas cidades do estado

O membro da Câmara Técnica da Associação Catarinense dos Médicos, Rafael Klee de Vasconcelos, afirmou que "deve haver consenso e protocolos clínicos".

O procurador do estado, Evandro R. Eckel, destacou a preocupação do executivo em promover políticas públicas para todos os cidadãos, de igual forma. A repercussão das demandas judiciais para o estado foi abordada pelo assessor jurídico da secretaria estadual da saúde, Maurício B. Machado, que assegurou a parceria do governo com a questão do crescente número de ações.

A última palestra, com o juiz da Vara da Fazenda, Sílvio D. Orsatto, e a coordenadora do Consórcio Intermunicipal de Saúde, Nalú Júlio, propôs um protocolo que padroniza os procedimentos antes da ação judicial.

O documento diz que a solicitação de medicamentos fora da lista da farmácia básica, e da padronização, deve ser feita por médico especialista, encaminhada ao secretário municipal e assinada pelo usuário do SUS, juntamente com a receita médica, no prazo de 30 dias, com os medicamentos similares e um relatório da patologia e a data da reavaliação do tratamento. Um estudo socioeconômico será feito por assistente social.

Com o pedido administrativo ou da ação, o gerenciamento se dará pelo Consórcio, que receberá os medicamentos e irá entregá-los. Se for difícil ou impossível a aquisição pelo Estado ou pelos municípios, estes deverão passar ao consórcio gestor, sendo os medicamentos ressarcidos em 30 dias, e que irá comunicar sobre o fornecimento e sua não retirada pelos pacientes, caso aconteça. Não retirados em 60 dias, implicará suspensão da sua aquisição. O protocolo foi assinado em abril pelos prefeitos dos municípios da região serrana e já está em vigor.

Alesc aprova novos critérios para carreira de magistrados

Divulgação | Alesc

Lei complementar já foi aprovada na Alesc e sancionada pelo governador

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) aprovou, no dia 30 de julho, o Projeto de Lei Complementar nº 21.1/08, que estabelece novos critérios para os processos de remoção e promoção dos magistrados catarinenses. O PLC já foi encaminhado para o Executivo, o qual foi sancionado pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

A nova lei (nº 418/08) define, por exemplo, que o provimento do cargo de juiz de direito de segundo grau se dará por remoção, observados, alternadamente, os critérios de antigüidade e merecimento. No caso de remoção por merecimento, "somente poderão concorrer ao cargo os juízes de direito com o interstício mínimo de dois anos de exercício na última entrância, integrantes da primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago."

Pela proposta, "a remoção dar-se-á de um cargo para outro na mesma entrância e sempre precederá às promoções por merecimento, bem como ao provimento inicial de comarca ou vara". Também se aplicarão à remoção, alternadamente, os critérios de antigüidade e merecimento.

Já o candidato à remoção pelo critério de merecimento deverá comprovar o interstício mínimo de dois anos de exercício na entrância e integrar a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago. E preenchida a vaga por remoção, a remanescente se destinará, obrigatoriamente, ao provimento por promoção.

Justificativa

De acordo com a justificativa apresentada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), o projeto de lei complementar visa a, principalmente, "dotar o instituto da remoção dos magistrados catarinenses daquelas feições constitucionais que lhe são aplicáveis".

Em linhas gerais, a nova lei vai corrigir algumas distorções ao estabelecer que, na remoção, também deve ser contemplado o critério da antigüidade, em alternância com o merecimento. Isto porque a alternação antigüidade/merecimento como critério interno da remoção proporcionará maior previsibilidade e planejamento nas movimentações horizontais dos juízes. Por isso, uma vez deliberada a remoção, a vaga remanescente será preenchida por promoção, com o objetivo de agilizar a carreira.

No compasso do avesso, o triunfo da contradição

Ele não sabe precisar o mês, o ano ou a avenida: jamais esqueceu, porém, o sentimento de felicidade daquela tarde ensolarada em Laguna. Tinha apenas 15 anos, mas o imperativo de dirigir o jipe da família consumia as obstinações épicas tão típicas da juventude. Após muita insistência, arrancou do irmão Leo, seis anos mais velho, as coordenadas teóricas para uma boa direção. Lutando para perverter deficiência em teimosia, Leo explicou o bê-a-bá com a paciência dos legítimos professores. O menino ouviu cada detalhe com atenção e avistou a bela paisagem, preenchida ainda apenas por pescadores da comunidade local, despida de trio elétrico e cantoras de refrões repetitivos. Não contou tempo: segurou com firmeza o volante, repassou mentalmente uma a uma das lições e pisou fundo o acelerador. Em dois minutos, inventou uma maneira nova de guiar, empurrando o pedal da embreagem com o pé direito, driblando a pior seqüela possível da poliomelite da infância. Voltou dirigindo para a casa, vencendo morros e descaminhos com a destreza dos experientes, sob os olhares atônitos e orgulhosos do irmão, reduzido então à condição de caroneiro. Enquanto perdia de vista o Farol de Santa Marta, reconheceu pela primeira vez a sua mais urgente vocação: *desbravar caminhos alternativos.*

• • • • •

No palco do 1° Simpósio Judiciário & Imprensa, Lédio Rosa de Andrade dispensou o protocolo básico do figurino da magistratura: vestia camisa e calça, sem terno, sem gravata. O tema do painel era *O direito à informação e a responsabilidade da imprensa*, debate desenvolvido entre colegas e jornalistas. Seu discurso destoa do senso-comum, desconstruindo regras, condenando à complexidade qualquer argumento simplório, abraçando a diferença com a mesma recusa à distância aparentemente imposta entre ele e o volante. As teimosias agora são ainda mais assertivas: "Não basta a vasta oferta de informação contemporânea se as pessoas não têm capacidade para compreender e discernir as nuanças". Quase trinta e cinco anos depois, a fala já tempera com doçura a teimosia do menino motorista. Nas sessões e nas escolhas pessoais, ele é *do contra* - sabe e gosta disso. Como o jovem alheio a grifes e rock and roll, edificou vida e carreira num universo avesso às convenções. Desafiando o óbvio, chegou aos 49 anos como o segundo desembargador mais jovem da bancada do Tribunal de Justiça. Sempre "sem concessões": não à toa é o único seguidor assumido da filosofia do Direito Alternativo.

• • • • •

Famoso pelo raro repertório, provoca polêmica ao negar corporativismos profissionais, mesmices intelectuais e conformismos diante da falsa objetividade na aplicação da lei. Constrói os próprios padrões, seja recusando o terno ou acelerando o pedal, apaixona-se pouco mas com alguma dose de desatino e convive em paz com sua série de violências secretas e arrependimentos recolhidos. Renega qualquer realeza, qualquer ditadura, qualquer messianismo – inclusive Jesus. Nunca teve heróis: "os grandes homens fizeram o que era para ser feito quando deveria". Jamais será visto de joelhos numa missa - recusa até mesmo as de sétimo dia. Embora não se considere radical, é encarado com radicalismo por alguns pares, sobretudo quando questiona o poder do dinheiro, lutando para demarcar a agiotagem de um caso entre empresas, numa sessão de grupo de câmaras. Às vezes, sua passagem deixa um rastro de narizes retorcidos. Em outras, o inesperado prevalece: a ascensão ao cargo de desembargador, segundo caráter de antiguidade, revelou mais admiração e respeito do que antipatia – maior surpresa dos tempos recentes. A boa acolhida rendeu até mesmo a nomeação para compor o seleto Conselho de Gestão, Modernização Judiciária e Políticas Públicas Institucionais, do TJ/SC.

• • • • •

Fora de combate, *Lédio* aparece com mais freqüência do que o *desembargador*: dispensa formalidades, sugere tratamento pelo primeiro nome e luta pela convenção do você ou tu, em vez do clássico senhor. Endurecido, sim, mas com ternura – como a frase citada de Che. Pensa bastante nas perguntas, sem fugir sequer das capciosas, e comenta imprevistos e melancolias sem pestanejar. Quase sempre encolhe os dedos sobre a palma da mão e observa as próprias unhas. É chorão, brinca, mas deveras quixotesco. Sabe retroceder, mas demora a reconhecer os erros. À semelhança da obstinação, liame das cenas anteriores, esconde por trás da fala mansa uma intensidade que transborda, alimento de suas múltiplas versões. Profissionalmente, a teimosia traveste-se de excesso, uma pulsão para a vida – diria Nietzsche. Ainda estudante de Direito, dividia-se entre as aulas e os tabuleiros de xadrez, gosto herdado do avô. Depois de alcançar o bi-campeonato estadual juvenil, rompeu o contrato profissional, o primeiro do estado, apenas porque precisaria prorrogar alguns meses a formatura. Até hoje não sabe explicar os motivos da pressa. Já magistrado e mestre, trocou a comodidade de juiz do interior por uma temporada de estudante de Doutorado em Barcelona, encerrando o périplo acadêmico com um pós-doutorado. Na volta, não sossegou até retornar à graduação, então em psicologia. A enorme distância entre o pesquisador internacional no

ápice e o universitário de uma instituição particular de uma pequena cidade do sul parece ter trazido apenas felicidade: a melhor amiga, uma turma nova, a teoria de Freud, um suspiro de juventude. Sem a segunda faculdade, impossível também a sua máxima: "Sem psicanálise, não existo mais".

• • • • •

Lédio abraça as diferenças com a mesma convicção dispensada na militância juvenil, antes de ingressar, "por acaso", na magistratura. Sabe que, no fundo, as cenas mais preciosas da vida são sempre indefiníveis, indizíveis, protegidas de direção ou ensaios. Emocionalmente, os contrastes costumam orientar suas escolhas mais íntimas. Para um homem, por exemplo, defende o poder da delicadeza – uma força delicada, alguma bruteza bem dosada. Já a mulher ideal comporta força - é necessário independência, vida própria. Deve guardar alguma maturidade sobre o mundo feminino: casado três vezes, possui três meninas. À despeito da convivência, habita um universo profissional essencialmente masculino. Num território onde apenas o "carinho" parece capaz de "vencer a guerra", a própria vitória destila paradoxo. Por trás de tudo, em cenas cotidianas ou sessões do Tribunal, uma ânsia persiste em vôo cúmplice e rasante, a ânsia da diversidade: professor, magistrado, acadêmico, enxadrista.

• • • • •

Às vezes o peso do mundo verga-lhe as costas. É quando se tranca no apartamento apenas na companhia de literatura européia e música clássica. Sem acreditar em deus, nem "nada além do humano", e vislumbrando na religião uma forma de neurose, acaba por alimentar a melancolia com migalhas do próprio hobby, a leitura, priorizando obras de dilemas éticos intrincados, Tolstoi e Dostoiéviski, e viagens aos pântanos da subjetividade, sobretudo quando divide assento com Freud, pensador favorito. Preferências estéticas difíceis, escolhas que atormentam. Quando se torna custoso contornar o mal-estar, uma imagem desbotada fatalmente retorna: menino, quatro anos ainda, puxado pela mãe assustada pelos corredores de uma associação de reabilitação, geograficamente distante, intimamente pregada nele e em cada uma das crianças deficientes ali sorrindo. Uma fotografia difícil de revelar, inclusive à "meia dúzia" de raros íntimos, um eco da própria coleção de amigos mortos, "a maioria". Talvez a memória explique a tristeza como guia do estado de espírito atual. Talvez a convivência diária evoque ainda seu mais estreito contato com a morte, três anos atrás. O câncer na bexiga deveria ser exclusividade dos fumantes, ou quase. Desembargador Lédio não fuma, mas às vezes a paixão pelas contradições insolúveis parece esticar a perna, promovendo o tombo em vez da glória.

• • • • •

Há alguma esperança, porém: "a gente sempre faz questão de acreditar no mundo". Quando gira a chave na fechadura, geralmente após o expediente no Tribunal, o peso diminui. Embora protagonize sua estréia em apartamentos, distante dos quintais e das paisagens da infância, a cobertura no centro da cidade parece ser onde se sente mais à vontade, mais livre, mais pleno. Ali está a coleção de conchas, trazidas da Indonésia, das Filipinas e outros cantos, ali estão os livros, inúmeros, organizados em prateleiras que ocupam todo o segundo andar, ali está a cuia com chimarrão, companhia constante, ali está a gata – que se chama apenas gata, numa outra alternativa, digamos, pouco convencional. Às vezes, restos de vinho tinto numa garrafa. Lédio gosta de solidão, talvez porque o xadrez, as artes e a leitura, seus rituais próprios, demandem certo recolhimento, quase um resguardo. Se a solidão poucas vezes é obstáculo, a felicidade dispensa qualquer definitivo. Compartilha com Freud um prático e complexo posicionamento: felicidade é superar os conflitos e vencer o mal-estar. Orgulha-se de certa definição sobre si mesmo, no prefácio de *Violência: Psicanálise, Direito e Cultura*, de sua autoria: "pessimista da realidade, otimista da idéias".

• • • • •

A presença do absoluto só serve para atrapalhar a humanidade. Segundo sua compreensão do mundo, é preciso relativizar tudo, a começar pelas próprias certezas. Nas questões técnicas, jurídicas também, a sugestão soa plausível; no campo afetivo, é uma tormenta cotidiana – ainda assim, sente como busca primordial. Sua defesa para a erradicação do absoluto pode ser compreendida como uma elegia à diferença, embebida em contradições, distante de normatizações ou restrições: "nas poucas vezes que me apaixonei, não parei para pensar um só minuto". A vida, assim, é debate, discussão. Preferindo paixão à calmaria, intensidade à freqüência, adota a gula como expectativa e sonho, remexendo o mal para compreender o bem, observando os bons para diagnosticar as violências. Um ancestral mal-estar, inclusive, o medo da morte, foi vencido num momento-limite, o limiar do câncer. Embora freudiano por opção, desembargador Lédio parece compartilhar com Nietzsche o desafio de *dizer sim à vida.*

• • • • •

A inflexão calma das palavras acentua o contraste com a fama de radical, pecha administrada desde os primeiros atos na magistratura. Fica ainda mais difícil imaginá-lo bradando "verdades" com punhos cerrados e dedo em riste, reduzido em multidões partidárias, quando se revela sua paixão pela arte. É "com convicção" que escolhe literatura à filosofia. Não à toa, passou 15 anos afastado da televisão aberta, alheamento considerado negativo, capaz de distanciá-lo algumas milhas da sociedade – mais do que a profissão permitiria. Em compensação, o apartamento atual comporta com alguns apertos coleções de literatura, música e livros de arte – se pudesse, empregaria todo o dinheiro em obras de arte, sobretudo pintura. Por enquanto, investe em livros, e acumula centenas de títulos sobre artes plásticas, inclusive um original russo do século XIX, apanhado após passeios virtuais na alta madrugada, luxo dos tempos modernos, abrigo também das rotineiras partidas de xadrez. Desembargador Lédio não fala uma palavra em russo, mas isso se torna apenas um detalhe diante da sua definição para a arte: "expressão da genialidade humana e sublimação de formas encontradas para fugir do sofrimento". Talvez vislumbre nela a cura da tristeza; talvez esteja nela o segredo da viabilidade do mundo.

• • • • •

Professor, magistrado, acadêmico, enxadrista. Político, talvez: acena a ânsia da diversidade, num novo vôo rasante. A recente alternativa, apenas esboço ainda, ensaio, ratifica a condição improvável do ingresso na magistratura. Da turma do fundão, o estudante sempre foi incapaz de conservar os cadernos por mais de uma semana, rodava por falta, passava "arranhando" e dedicava todo o tempo à militância juvenil. Era candidato à prefeitura de Laguna quando contrariou as expectativas passando num concurso para juiz. Acostumado às contingências da experiência, e cansado dos bolsos sempre vazios, desfiliou-se do PDT e partiu pelo novo caminho. Fazendo valer a idéia do eterno retorno, outra teoria de Nietzsche, agora cogita a volta aos palanques. Endurecido pela vida, sim, mas com a ternura típica dos alternativos.

Jade Martins Lenhart

Encontro Nacional do Judiciário promete modernização na justiça

Com compromisso registrado em carta, seminário discute maneiras de aperfeiçoamento dos serviços do sistema judiciário

Divulgação|CNJ

Documento com as propostas de transformação foi assinado por presidentes dos tribunais e conselheiros

Os presidentes dos tribunais de todo o país vão desenvolver mecanismos eficazes para aprimorar os serviços judiciários, de forma a garantir os direitos individuais e sociais para impulsionar a realização do Estado de Direito. Esse é o compromisso registrado na "Carta do Judiciário", assinado no dia 25 de agosto, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, e pelos presidentes dos Tribunais Superiores, Regionais, de Justiça, do Trabalho e Tribunais Eleitorais. No próximo dia 8 de dezembro, quando se comemora o "Dia da Justiça", será lançado oficialmente o Planejamento de Estratégia e Gestão para o aperfeiçoamento e a modernização da Justiça brasileira. Esse foi o resultado do Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Brasília, numa iniciativa inédita do STF em parceria com o CNJ.

Para viabilizar a proposta conjunta que vai mudar o perfil do Judiciário, serão realizados, nos próximos três meses, encontros regionais, com as presenças de presidentes e servidores dos tribunais estaduais, que encaminharão sugestões para a elaboração do planejamento de estratégia e gestão. Eles ficarão responsáveis pelo planejamento e execução das mudanças necessárias que vão garantir uma justiça de qualidade e mais acessível. "Nesses encontros os tribunais estaduais poderão dar sugestões que possibilite um alinhamento de ações para uma atuação consensual e menos conflituosa de forma que possamos criar políticas que reforcem o Poder Judiciário como avalista da democracia brasileira", declarou o ministro Gilmar Mendes no encerramento do encontro.

A "Carta do Judiciário" estabelece, como diretrizes do trabalho, a celeridade, a facilidade e a simplificação da prestação jurisdicional e do acesso à Justiça. Também prevê a ampliação dos meios de alcance à informação processual, o aprimoramento da comunicação interna e externa e do atendimento ao público, além do aproveitamento racional e criativo dos recursos humanos e materiais, a otimização dos recursos orçamentários, a valorização e qualificação dos servidores, o melhor uso da tecnologia em prol do acesso à Justiça e o desenvolvimento de políticas de segurança institucional.

Esses serão os desafios dos presidentes dos tribunais do país nos próximos três meses: discutir as melhores alternativas e soluções para garantir que a Justiça se modernize e esteja adequada aos novos tempos, como disse o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, durante o evento: "O século XXI é do Poder Judiciário, em que ele concretizará os direitos fundamentais do cidadão".

Ministro Gilson Dipp reivindica integração

O coordenador-geral do Conselho da Justiça Federal (CJF) e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp, conclamou os participantes do Encontro Nacional do Judiciário à integração para a melhoria da prestação jurisdicional. "É preciso que haja uma unidade de pensamento entre todos os tribunais", disse Dipp, eleito corregedor nacional de justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O ministro conclamou os participantes do encontro à integração para a melhoria da prestação jurisdicional. "É preciso que haja uma unidade de pensamento entre todos os tribunais", destacou.

Ele acredita que os tribunais precisam acabar com suas divergências internas para fortalecer as instâncias ordinárias. Segundo Dipp, há falta de vontade política dos tribunais em implementar as iniciativas que ajudem a melhorar a prestação jurisdicional. Disse ainda ter consciência de que é "difícil implementar as mudanças se não houver o comprometimento dos tribunais".

O magistrado salientou que os tribunais precisam de planejamento e gestão. Elogiou ainda a iniciativa do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, em trazer todos os segmentos da justiça para promover um diagnóstico do Judiciário. "O Judiciário é um serviço público e para o público", disse.

Divulgação|CNJ

Coordenador-geral do CJF, Gilson Dipp (1º à dir.) defende unidade de pensamento entre todos os tribunais

Atualização da linguagem é tema de debate

Divulgação|CNJ

Presidente do TSE, Ministro Ayres Britto (1º à esq.), acredita na necessidade de renovação do linguajar jurídico

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ayres Britto, defendeu a modernização da linguagem do Judiciário, em sua fala no encontro. "É preciso uma linguagem mais clara, curta e direta e fugir do estilo de colocar o principal no final do texto", alertou.

Ele lembrou à platéia o exemplo da própria Justiça Eleitoral, cuja publicidade institucional neste ano está mais leve e menos sisuda. "Eleição não é um castigo, velório ou internação hospitalar. Ao contrário, é o apogeu para a democracia", afirmou Ayres Britto, ao revelar, com bom humor, os propósitos da simplificação do repasse de informações aos eleitores.

Ao apelar para mudanças na postura do Judiciário, o ministro ainda disse às lideranças do Poder Judiciário que é o "sentimento que dá o senso de realidade" ao comentar que a redação do texto jurídico seja feita num contexto adequado. "É o sentimento que nos faz buscar na sociedade essas informações", completou.

Estratégias podem desvendar Judiciário

Divulgação|CNJ

Ministro César Asfor Rocha enfatiza importância de gestão tática

No mesmo encontro o atual corregedor nacional de Justiça e presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Cesar Asfor Rocha, deu ênfase à gestão estratégica como forma de conhecer mais a realidade do Poder Judiciário. "Dessa maneira, é possível fazer um diagnóstico, estabelecer linhas para uma melhor atuação e dar mais racionalidade ao serviço do Judiciário", afirmou.

Segundo o ministro, o Conselho Nacional de Justiça enfrentou muitos desafios antes mesmo da implantação e citou como exemplo casos de nepotismo no Judiciário, uma das medidas de impacto do Conselho. A Resolução nº 7 do CNJ, mais conhecida como antinepotismo, disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores em cargos de direção e assessoramento no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário.

O Programa Justiça Aberta, da Corregedoria Nacional de Justiça, também foi assunto durante a palestra. Todas as 9.065 serventias de 1º grau foram cadastradas e, de acordo com Cesar Asfor Rocha, 87,46% delas já prestaram todas as informações. O Justiça Aberta sofreu restrições no início da atividade. "A resistência ao Programa era o receio de que ele mostrasse que o juiz não queria trabalhar", declarou o ministro Cesar Asfor Rocha. Para ele, já se percebeu que o objetivo não é esse. O sistema visa traçar um perfil da realidade do Judiciário e identificar os problemas enfrentados pelos juízes para que a prestação dos serviços da Justiça se torne mais efetivo.

Para Cesar Asfor Rocha, o Encontro Nacional é o marco no Poder Judiciário. "Hoje não se debate o passado, mas o futuro". O evento tem como principal objetivo a integração do Poder Judiciário por meio da unificação das estratégias de atuação e da cooperação mútua entre as instituições.

Eficácia depende de autonomia financeira

O presidente da Comissão de Fundos e Reaparelhamento dos Tribunais, conselheiro Rui Stoco, destacou, durante o Encontro Nacional do Judiciário, a importância da autonomia financeira para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. "Não se consegue eficiência, eficácia e Justiça célere sem recursos", defendeu o conselheiro. Stoco propôs aos presidentes de tribunais de todo o país uma parceria para estudar formas alternativas de fontes orçamentárias destinadas ao crescimento da Justiça.

Segundo o conselheiro, 6% do orçamento público são destinados ao Poder Judiciário previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Para Stoco, esse percentual cobre os custos fixos, mas não o crescimento da prestação jurisdicional. "A Constituição prevê uma série de novas garantias e isso aumentou a demanda da sociedade pelo Judiciário", afirmou. A comissão objetiva estudar, propor e realizar formas orçamentárias alternativas de reaparelhamento do Poder Judiciário. De acordo com o conselheiro, a comissão já mapeou quase 30 fontes diferentes que poderão fornecer recursos além dos previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Divulgação|CNJ

Conselheiro Rui Stoco relaciona eficiência do sistema às fontes orçamentárias

CGJ participa de encontro em São Luís

Realizado em 14 e 15 de agosto, Encoge apresenta diversas palestras sobre ações da corregedoria

Divulgação

No evento, a corregedoria-geral do Estado foi representada pelo desembargador Cerello (1º à dir.)

Membros da Corregedoria Geral da Justiça, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), estiveram em São Luis do Maranhão, onde participaram do 49º Encoge (Encontro do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça), que contou com a presença do ministro César Asfor Rocha, presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedor nacional da justiça. O encontro, realizado nos dias 14 e 15 de agosto, contou com várias palestras e exposições de temas relevantes para as Corregedorias e para o Judiciário Nacional.

A CGJ do TJ/SC, representada pelo desembargador Anselmo Cerello, expôs, na manhã do dia 14, sobre a GECOF (Gerência de cobrança de custas finais), que trata da centralização dos procedimentos administrativos de cobrança de custas finais de forma eletrônica e automatizada no Tribunal de Justiça, já implantado pelo TJ em parceria com a CGJ em 60 comarcas com previsão de ser implementado em todas as 110 comarcas de SC até 07 de novembro deste ano.

A CGJ, em inspeções realizadas, constatou irregularidades no arquivamento dos processos, muitos sem que fosse feita tentativa de cobrança de custas finais, outros sem que fosse concluído todo o procedimento, oficiando-se à PGE para inscrição do débito em dívida ativa e vários processos com valores cobrados inferiores ao efetivamente devido. Assim, verificou-se grande evasão de receitas de custas do TJ/SC, confirmado pela Auditoria do TJ.

Além disso, era reclamação constante de servidores e juízes o burocrático procedimento administrativo de cobrança de custas. Outro problema constatado é que os processos já julgados, apenas pendentes de custas, concorriam nos escaninhos e mesas do cartório com os processos em tramitação que aguardam a entrega da prestação jurisdicional. Outra questão é a demora para o arquivamento dos processos, gerando um maior número de processos na estatística, inflando de forma irreal os mapas (dados com processos ativos no SAJ).

Assim, a GECOF, além dos significativos resultados em termos de incremento na arrecadação, com aumento médio de 14,54% (numa unidade o aumento chegou a 213%), trouxe sensíveis ganhos em termos de racionalização da mão-de-obra dos servidores, pois o trabalho que era executado pelos servidores da vara (ao todo são 303 unidades nas 110 comarcas – que contam com aproximadamente 1800 pessoas trabalhando para cobrar custas) está sendo efetivado junto à DOF (Diretoria de Orçamentos e Finanças) por apenas quatro servidores que atendem as 60 comarcas onde o sistema já foi introduzido.

Há previsão de que apenas oito servidores atuando na GECOF poderão atender a demanda gerada pelas 110 comarcas, já que atuarão com um fluxo eletrônico (desenvolvido por servidores da CGJ em conjunto com diretor de informática e Softplan) no SAJ de cobrança de custas finais, que automatiza uma séria de atos, captando os dados das comarcas. É um procedimento virtual para a fase final do processo. Com o trânsito e julgado da sentença e pendente apenas as custas finais do processo, após revisão do cartório (verificar se está o endereço completo das partes e NP ou NPJ), o mesmo vai para o contador judicial fazer o cálculo do valor das custas e identificar quem é o devedor. Na seqüência o processo já pode ser arquivado definitivamente com baixa na estatística e encaminhamento ao arquivo central (ganho de espaço físico).

A GECOF, a partir do TJ, capta eletronicamente pelo SAJ os dados necessários para executar os procedimentos mais simplificados e eficazes de cobrança de custas e inscrição em dívida ativa. A Gerência já recebeu 22.452 (30.07.08), tendo já sido realizado o pagamento em aproximadamente 10.000 feitos e outros 1.389 tiveram o débito inscrito em dívida ativa, sendo que nem todos estes processos tiveram ainda os procedimentos de cobrança finalizados. A GECOF já arrecadou, em curto período de atuação, e com as comarcas maiores ainda sem o sistema, um total de R$ 2.543.000,00 (até 30.07.08). Durante o encontro em São Luís do Maranhão, vários tribunais já manifestaram interesse na adoção da centralização da cobrança de custas tal como o TJ/SC.

Instituto Paternidade Responsável é finalista do prêmio IGK

O Instituto Paternidade Responsável participou, no dia 25 de agosto, no Floripa Music Hall, na Capital, da cerimônia de entrega do 6º Prêmio IGK - "A grande jogada social", realizado pelo Instituto Guga Kuerten. A noite foi marcada pela vibração dos vencedores e por apresentações artísticas desenvolvidas por crianças atendidas pelo IGK e músicos voluntários como Guilherme Botelho e Luís Meira. O grupo formado pelos "artistas" da APAE de Santo Amaro da Imperatriz, na Grande Florianópolis, foi um dos pontos fortes da noite. Os meninos apresentaram coreografias dos Mamonas Assassinas e receberam os aplausos emocionados da platéia.

O projeto "A Justiça vai à escola", desenvolvido em Lages pelo Instituto Paternidade Responsável, estava entre os finalistas e concorreu na categoria Projetos Sociais com a APAE de Caçador; o Centro Holístico Luzes da Esperança; com a Polícia Rodoviária Federal 8 SR/SC; e a a Fundação Hassis, esta sendo a grande vencedora da noite com o Projeto "Educação a Deficientes Visuais".

O juiz da Vara da Fazenda de Lages e também idealizador do Paternidade Responsável, Silvio Orsatto, destacou a importância do evento que, para ele, foi justíssimo no resultado. "Somente o fato de termos ficando entre os finalistas já valeu à pena. Tenho certeza que Lages foi muito bem representada pelo programa que já atendeu milhares de crianças, alcançado excelentes resultados". Orsatto disse ainda que para o próximo ano o Instituto estará novamente participando do Prêmio IGK. Além de Orsatto, estiveram também no evento, a presidente do "Paternidade Responsável" Jaqueline Reche, a coordenadora de projetos Rita Lang e o professor Dr. Altamir Guidolin que é coordenador do laboratório de DNA /UDESC, e Marciano Corrêa que faz parte da Assessoria de Imprensa do Instituto.

A presença da família Kuerten (dona Alice e os filhos Rafael e Guga), a anfitriã da noite, abrilhantou ainda mais a cerimônia, que encerrou com um show do cantor Daniel.

Marciano Corrêa

Instituto Guga Kuerten comandou a cerimônia de entrega na capital

Câmara homenageia desembargador Orli

Magistrado aposenta-se após 32 anos de experiência no Poder Judiciário

O desembargador Orli Rodrigues, que se aposenta no mês de outubro, foi homenageado, na tarde do dia 27 de agosto, por seus colegas magistrados, ao término da sessão de julgamento da 2ª Câmara de Direito Público do TJ. Após atuar 13 anos como desembargador e 32 no Poder Judiciário, o magistrado teve a oportunidade de presidir e atuar na sessão de julgamento pela última vez. Os desembargadores da 3ª Câmara de Direito Público também foram prestigiar o magistrado, bem como assessores do gabinete e parentes. O desembargador César Abreu, que assume a presidência do órgão julgador, agradeceu o excelente trabalho e o companheirismo durante as atividades desenvolvidas na Corte catarinense. Os demais magistrados, procuradores e assessores presentes também prestaram suas homenagens. Destacaram a simplicidade e compreensão perante todos os funcionários do TJ. Emocionado, o desembargador Orli agradeceu o carinho dos amigos e revelou que pretende dedicar seu tempo a família. O juiz de Direito de 2º Grau e cooperador da Câmara, Ricardo José Roesler, atuará como desembargador substituto, durante as férias do desembargador Orli, marcadas para o mês setembro.

O Judiciário - Desde a sua entrada no judiciário até os dias de hoje, muita coisa mudou. Quais são os pontos positivos e negativos de todas essas alterações?

Desembargador Orli Rodrigues - Quando assumi a função de juiz substituto, em 29 de maio de 1972, o Tribunal Pleno era composto por 11 desembargadores, dos quais são remanescentes o des. João de Borba e o des. Francisco May Filho. O secretário geral do Tribunal de Justiça era o Doutor Paulo Gonzaga Martins da Silva que, por vontade do Criador, também permanece entre nós. Daquela época até hoje, ocorreram mudanças impostas pelo incremento dos serviços forenses. Foram construídos novos prédios e reformados outros para abrigar adequadamente as atividades judiciárias. Foram criadas e instaladas novas varas, implantados os juizados especiais, as turmas de recursos, casas da cidadania e, em segundo grau, ocorreu dentro das possibilidades orçamentárias, o aumento do número de desembargadores e juízes substitutos de 2° grau, impondo a construção do anexo denominado Torre II e a reforma do prédio do Palácio da Justiça Ministro Gallotti, inaugurado em 1975. Pontos negativos em todas estas alterações não existem, porque todas as administrações do Tribunal de Justiça sempre estiveram voltadas para o aprimoramento dos serviços prestados aos jurisdicionados.

OJ - Em qual aspecto o senhor acha que conseguimos mais evolução?

OR - Durante os meus 36 anos de judicatura, testemunhei muitos avanços para melhorar o serviço forense e agilizar a entrega da prestação jurisdicional, mas posso destacar a evolução tecnológica como sendo a mais importante.

OJ - Quais destaques o senhor aponta dentro da própria carreira? Em algum momento pensou em abandonar a magistratura para se dedicar a outras áreas de Direito, como a advocacia?

OR - Não tenho destaques a apontar em relação ao período em que exerci a judicatura, pois nada mais fiz, a exemplo dos demais magistrados catarinenses, do que cumprir fielmente o compromisso prestado quando ingressei na magistratura. Em nenhum momento tive motivo para pensar em abandonar a magistratura. A função de magistrado foi conquistada através de rígido concurso e pude exercê-la com dignidade, entusiasmo, humildade, paciência, prudência, despida da couraça do egoísmo e da vaidade humana. Antes de ingressar na magistratura, integrei o honrado quadro de advogados em nosso Estado.

Divulgação TRE

Orli Rodrigues destaca tecnologia como principal avanço do sistema

OJ - Quais foram as maiores alegrias dos anos todos de magistratura?

OR - A esta indagação vou responder com palavras ditas pelo desembargador paulista Dimas Rodrigues de Almeida, aposentado em 1978, porque refletem com propriedade a satisfação gerada pelo exercício da função de julgador: "Nos moldes severos da magistratura poli as arestas de minha personalidade. Aprendi com sua austeridade que o valor humano não se mede apenas e tão somente pela bravura pessoal, mas, também, pelo respeito às normas do Direito e, principalmente, pelo espírito de renúncia". Fez-me compreender que, para ser juiz, não basta o aprimoramento intelectual; indispensável é não se descurar de suas obrigações funcionais.

OJ - E as maiores dificuldades? Algum arrependimento?

OR - Ser juiz não envolve dificuldade intransponível, basta a dedicação aos estudos, basta o amor ao método, basta preencher aquelas condições estabelecidas pela lei, para que a criatura, até mesmo de inteligência mediana, como é o meu caso, possa conquistar lugar entre os membros do Poder Judiciário. Nunca me preocupei em ser um grande juiz porque isso é realmente difícil. Não tenho arrependimentos a registrar.

OJ - Em todos esses anos de magistratura, como o senhor avalia a entidade Associação dos Magistrados Catarinenses, AMC?

OR - A associação dos Magistrados Catarinenses não existe apenas para congregar magistrados e dependentes. Ela exerce a elevada função de contribuir para o aprimoramento cultural de seus associados, para que os quadros de magistratura sejam completados com profissionais que mantenham o patamar de dignidade do Poder Judiciário e que o exercício da cidadania seja realidade constante. Estes têm sido os prognósticos de todos os presidentes da AMC, com quem convivi desde que me tornei associado.

OJ - Qual a sua posição para o projeto de aumento da idade para aposentadoria compulsória, atualmente dividindo opiniões entre juízes e desembargadores?

OR - O assunto da aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade não diz respeito apenas aos magistrados. Atinge os servidores, público em geral. Certamente, no devido tempo, a PEC 457/05, que trata deste tema, já aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, será apreciada pelo Congresso Nacional, sendo então divulgada a decisão aguardada.

Sissa Granada| Assessoria TJ/SC

Homenagem ao des. Orli Rodrigues (1º à esq) foi acompanhada por magistrados e demais operadores do direito

Adoção é tema de discussão em Santa Catarina

5° Encontro Estadual de Grupos de Apoio à Adoção reúne mais de 700 pessoas em Balneário Camboriú

Fabrício Severino

A revisão dos trâmites dos processos de adoção foi um dos principais debates do evento catarinense

Em Santa Catarina, existem hoje 2,8 mil casais pretendentes à adoção, assim como existem 130 crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 14 anos, prontas para serem adotadas. E outras 1.380 encontram-se em abrigos espalhados pelo Estado, seja por dificuldade de encontrar um novo lar por causa da idade ou por não estarem aptas a serem entregues a uma nova família. Encontrar formas de compatibilizar o interesse dos que querem formar uma família e estimular a adoção tardia foram alguns dos temas do 5º Encontro Estadual de Grupos de Apoio à Adoção, evento que reuniu mais de 700 pessoas, nos dias 21 e 22 de agosto, nas dependências do Sibara Hotel, em Balneário Camboriú.

O evento foi uma promoção do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção "Anjos da Vida" e contou com o apoio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Corregedoria Geral da Justiça, Academia Judicial, Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (Esmesc), em parceria com a prefeitura de Balneário Camboriú, Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescente de Balneário Camboriú e Itajaí, Associação Passos de Integração/PASF-Passos para o Futuro, Creche Viana de Carvalho/Programa de Medidas Sócio Educativas AME-SE e GEAA Família Interativa. O tema desta edição foi: "A trajetória da adoção. Razões e emoções".

Na quinta-feira pela manhã, teve início o V Encontro Estadual de Juízes da Infância e Juventude e Técnicos do Poder Judiciário de Santa Catarina, evento paralelo, e cujos trabalhos foram abertos após discursos do corregedor geral da justiça, desembargador Anselmo Cerello, e do presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz José Agenor de Aragão. Ambos enalteceram a importância do debate.

Logo após, os participantes assistiram à apresentação do Cadastro Nacional de Adoção, feita pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude da Capital, Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto. Segundo o magistrado, o objetivo do cadastro é promover a integração de todos os cadastros do país, permitindo o cruzamento de dados, racionalização de procedimentos, bem como ampliação da oferta de informações sobre o tema. "O cadastro nacional é semelhante ao CUIDA (cadastro do Estado de Santa Catarina), pois foi baseado no próprio. Nós precisamos desenvolver no Brasil uma cultura do cadastro e mostrar para as pessoas que não é possível, na maioria das vezes, a adoção de recém nascidos. É preciso dizer também que não há burocracia, e que o problema está na distância entre criança existente e criança desejada", frisou.

Em seguida, foi a vez do procurador da República Guilherme Zanina Schelb (Brasília/DF) apresentar formas e estratégias para prevenção de conflitos - numa espécie de curso dirigido a profissionais que militam na área da infância e juventude – bem com ensinar técnicas de identificação de sinais de abusos em crianças e adolescentes. "Esse treinamento serve para que esses profissionais possam agir em harmonia e de acordo com as suas funções, buscando evitar a hiperatividade ou omissão", destacou.

Para o procurador, todos os profissionais que lidam com a matéria devem atuar em sintonia, sendo que o trabalho para evitar que uma criança se torne um adolescente ou mesmo um adulto violento "começa na concepção". Ele acrescentou que todos devem estar atentos aos sinais de abuso apresentados pelas crianças. "A violência pode vir de fora e de dentro da família", sublinhou.

À tarde, o evento recomeçou com uma saudação do presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho. "Tenham a certeza de que este é um evento muito proveitoso e importante para o Poder Judiciário catarinense", assinalou.

Na seqüência, o juiz Francisco Neto deu novas orientações de como acessar o Cadastro Nacional de Adoção. E em seguida, o juiz Marcelo Carlin, da comarca de Campos Novos, anunciou o portal eletrônico da Infância e Juventude, através do site do TJ/SC. O portal, desenvolvido pelo Conselho Gestor de Tecnologia de Informação do Tribunal de Justiça (CGInfo) e pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), tem por objetivo unificar informações relacionadas à criança e ao adolescente de forma organizada e acessível, como jurisprudência, procedimentos legais para abrigamento, adoção, tutela, autorizações etc., bem como canais eletrônicos de outras entidades que prestam assistência ao menor.

A iniciativa em disponibilizar tais informações surgiu no ano passado, durante o encontro dos comissários da infância e da juventude. Numa segunda etapa, a CGJ e o CGInfo pretendem oferecer o requerimento para a autorização de viagens online, que evitará o deslocamento de pais ao Fórum para a solicitação da ordem. O endereço do site é: http://www.tj.sc.gov.br/infjuv. "Esperamos receber a contribuição não só dos colegas magistrados, mas também de outros profissionais que trabalham com crianças e adolescentes", ressaltou Carlin.

Razões e Emoções

O 5º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção abriu seus trabalhos na noite de quinta-feira, com a apresentação do psicodrama "Quero um filho... o que faço?", elaborado pela Clínica Sentir, de Camboriú. Ao final, foi aplaudido de pé por todos os participantes. Antes, a juíza Sônia Maria Mazzetto Moroso deu as boas vindas aos participantes e, num discurso emocionante, destacou os objetivos do encontro, ressaltando questões inerentes à adoção, em especial, quanto ao desejo dos interessados em ter filhos "romantizados". "Filhos que desejam ter representando seus sonhos de pais, muitas vezes, não dando espaço para os filhos desabrocharem para a vida, conforme podem e querem ser, com respeito à sua individualidade, não importando se adotado ou não", disse a magistrada.

O evento recomeçou na sexta-feira (22/08), pela manhã (8h30min), com o painel "Quando a criança está apta para ser adotada? O olhar legal e emocional", com coordenação e mediação do juiz Álvaro Luiz Pereira de Andrade, de Santa Catarina. Na seqüência, as palestras: "Entrega espontânea de criança ao judiciário X entrega direta aos pretendentes: aspectos emocionais e legais", da assistente social Silvia Nabinger; "A criança e seus traumas após o processo de destituição do poder familiar: sua nova família – como identificar e tratar as seqüelas do abandono", do pediatra e psicanalista Julio Vicelli; "Olhar emocional (relato de experiência)", da psicóloga Jacqueline de Souza Emerim; "Olhar legal (relato de experiência)", do promotor de Justiça Marcelo Gomes Silva.

A tarde seguiu com o lançamento da campanha da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), chamada "Mude um destino". O convidado especial foi o juiz de Direito e presidente da associação Mozart Valadares Pires. Valadares reafirmou o compromisso dos juízes brasileiros com as questões relativas à Infância e à Juventude, em especial a adoção. "Queremos e temos também o dever de contribuir com a discussão desse tema, que deve ser de interesse de toda a sociedade", afirmou. Mozart destacou ainda que, ao lançar essa campanha, a magistratura não busca apontar culpados para o problema que afetam as crianças que vivem abrigadas no País, mas sim aproximar e mobilizar os profissionais da área e a sociedade como um todo e refletir e buscar novos caminhos para os desafios que se apresentam. Por fim, os participantes do encontro assistiram ao vídeo "Se essa casa fosse minha...", peça da Mude um Destino, produzida para reforçar a idéia de que, somente a adoção legal, realizada por meio do Poder Judiciário, pode dar todas as garantias aos pais e ao adotado.

A partir das 15 horas, iniciou o segundo painel (Transição – a função da maternagem e da paternagem na convivência familiar), sob a coordenação da Juíza Brigitte Remor de Souza May, com as palestras: "De mãe para mãe – a função materna e paterna na convivência familiar", com o psicanalista Evandro Luiz Silva; e "Que filho queremos? Questões educacionais", com a psicopedagoga Maria Irene Maluf.

O terceiro e último painel iniciou por volta das 17h e foi coordenado pelo promotor de Justiça Ricardo Luís Dell'Agnolo. Denominado "Roda Viva", o debate sobre a função dos grupos na trajetória da adoção e outros temas correlatos, reuniu o promotor de Justiça de SC Sávio Bittencourt; o deputado federal João Matos; o desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva; e as assistentes sociais Silvia Nabinger e Jaira Espíndola Gomes.

Agente da Paz recebe mil participantes em Piratuba

Promover a capacitação das entidades envolvidas no projeto foi o principal objetivo do congresso

Ademir Pedro Belotto

A cerimônia de abertura contou com a participação do presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão

Cerca de mil pessoas envolvidas com as ações do projeto Agente da Paz estiveram reunidas, no dia 28, no Centro de Eventos de Piratuba-SC, para participar do 1º Congresso Regional dos Agentes da Paz. O evento, organizado pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e Prefeitura Municipal de Piratuba, em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), teve como objetivo promover a capacitação dos representantes das entidades engajadas no projeto e que atuam nas cidades de Capinzal, Ouro, Lacerdópolis, Piratuba, Ipira (estas pertencentes à comarca de Capinzal), Zortéa, Campos Novos e Herval do Oeste.

A abertura aconteceu por volta das 9h, com pronunciamento de representantes do Poder Judiciário, Executivo e do presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Juiz José Agenor de Aragão. "A iniciativa da AMC e demais instituições se justifica na medida em que deve ser considerada a vontade política de todos os envolvidos em dar continuidade aos processos existentes relativos à construção de uma nova cultura de paz, por meio de ações pedagógicas, bem como a materialização de prática de atos elaborados pelas crianças e adolescentes", disse o presidente.

Logo após, houve a apresentação do Grupo de Dança Aquadança de Piratuba. Às 10h, o Juiz Alexandre Dittrich Buhr proferiu a palestra "Pacifismo", discorrendo sobre as várias formas de pacifismo, do ponto de vista jurisfilosófico, e de que forma o projeto se encaixa no referido contexto. O magistrado destacou o sucesso do evento. "Foi extraordinário. As pessoas saíram satisfeitas, emocionadas e motivadas para a semana da paz, que acontecerá em outubro", ressaltou.

Em seguida, Renato Bini, membro do Conselho de Administração Nacional da União dos Escoteiros do Brasil (CAN) também fez palestra. Na parte da tarde, a psicopedagoga - mestre pela UNIVALI em Gestão de Políticas Públicas, pós-graduada pela USP em Violência Doméstica e pós-graduada pela UFSC em metodologia de atendimento a crianças e adolescentes em situação de riscos pessoal e social - Sandra D'Agostini deu início às atividades de capacitação dos participantes do congresso. Logo após, foi servido um café colonial. Ao final, foi montada a plenária para apresentação da Carta de Intenções (segue a íntegra do documento).

Para o juiz Alexandre Buhr, o evento realizado em Piratuba deve servir de estímulo para que magistrados catarinenses possam levar o Agente da Paz para outras regiões do Estado. "A idéia é estimular os colegas para a importância do projeto e que o segundo congresso não fique restrito ao Meio Oeste, mas que seja realizado em outras regiões de Santa Catarina", sublinhou.

O projeto Agente da Paz é uma iniciativa da AMC que tem como principal objetivo substituir a cultura da violência, por uma cultura de paz, através de ações pedagógicas no âmbito das escolas e demais espaços comunitários disponíveis, bem como a realização de diversas atividades voltadas para a temática da cultura da paz, entre elas um movimento do desarmamento infantil e/ou a materialização de qualquer ato praticado pela criança e adolescente em prol da paz.

Carta de Intenções

Os participantes do 1º Congresso Regional dos Agentes da Paz, cerca de um mil profissionais da rede de atendimento, profissionais liberais, representantes de entidades organizadas da sociedade civil e estudantes, levam ao conhecimento da Diretoria da Associação dos Magistrados Catarinenses, os anseios de todos os congressistas:

- É importante que as escolas incluam no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) o Programa Agente da Paz;
- É importante que cada município tenha a sua lei municipal estabelecendo o Dia Municipal da Paz;
- A Paz deve ser desenvolvida dentro de nós mesmos, em relação com os nossos conflitos íntimos, e deve ser desenvolvida em nossa relação com as outras pessoas e com todas as formas de vida;
- Para fortalecimento e divulgação do Agente da Paz, os congressos regionais deveriam ser desenvolvidos em outras regiões do Estado de Santa Catarina e também a nível estadual;
- É importante que o Projeto Agente da Paz desenvolva a Paz em nossas relações individuais e coletivas, tanto a nível local – na família, escola, local de trabalho, etc – como também em um nível mais amplo, nas relações entre povos e países;
- É importante o Projeto Agente da Paz ser divulgado e desenvolvido em outros estados do Brasil;
- É importante que cada cidade desenvolva as suas próprias lideranças dos Agentes da Paz e que a Magistratura mantenha sua função de apoio e estímulo;
- É importante para o projeto Agente da Paz que todos os setores da sociedade participem desenvolvendo atividades que ajudem a construir uma cultura da Paz;
- Seria importante as entidades participantes criarem Câmaras de Mediação de Conflitos para solução dos seus conflitos internos;
- É importante para o fortalecimento do movimento capacitações periódicas dos Agentes da Paz nos municípios;
- É importante que a cultura da paz seja divulgada em todos os meios de comunicação;
- É importante que a AMC crie coordenadorias regionais para estimular o desenvolvimento e a implantação do Projeto Agente da Paz em todos os municípios catarinenses.

Esmesc festeja duas décadas da Constituição

Em comemoração aos 20 anos da Constituição Cidadã de 1988, festejada no dia 5 de outubro próximo, a Escola Superior da Magistratura (Esmesc) vai realizar, no dia 26 de setembro, das 8h30min às 12h e das 14h30min às 19h, no auditório da AMC, a Jornada da Esmesc. O evento vai trazer diversos palestrantes do mundo todo para debater o tema "20 anos da Constituição Cidadã – Direitos Fundamentais e Cidadania, seus limites".

Uma promoção da Associação dos Magistrados Catarinense (AMC) e Escola Superior da Magistratura, em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) e o Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), o evento abre inscrições aos interessados através do e-mail eventos@esmesc.org.br ou através do site www.esmesc.org.br.

Palestras

***"Por uma compreensão adequada da dignidade da pessoa humana"* -** Dr. Krystian Complak (prof. de Direito Constitucional da Universidade de Wroclaw, Polônia)

***"Elementos para a construção de um conceito de cidadania compatível com a realidade brasileira"* -** Juíza Quitéria Tamanini V. Peres (mestre em direito pela Ufsc e prof. da Esmesc)

***"Vinte anos do ombudsman polonês"* -** Dr. Marek Zubik (prof. da Universidade de Varsóvia e vice-ombudsman na Polônia)

***"Segurança pública, direitos fundamentais e proporcionalidade"* -** Juiz Ingo Sarlet (Coordenador do programa de pós-graduação em direito da PUC/RS)

***"Tensões entre democracia e direitos fundamentais"* -** Dr. Dimitri Dimoulis (diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais – IBEC)

***"Direitos fundamentais e direito privado"* -** Dr. Jörg Neumer (catedrático de Direito Privado e filosofia do Direito – Alemanha)

***"Limites políticos da decisão judicial"* -** Juiz Francisco José R. de Oliveira Neto (vice-presidente da AMB, professor da Esmesc e mestre em direito pela Ufsc) e Juiz Rodrigo Carvalho de Tolentino Collaço (ex-presidente da AMB e professor da Esmesc)

Eleições Limpas é lançada em SC

Campanha quer estreitar os laços entre a justiça eleitoral e a sociedade estimulando um comportamento ético e fiscalizador

Com a presença de magistrados, jornalistas, políticos das mais variadas vertentes partidárias – entre eles, alguns candidatos à prefeitura de Florianópolis – e membros de diversos segmentos da sociedade, foi lançada, no dia 4 de setembro, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), na Capital, a segunda fase da campanha "Eleições Limpas", iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Jade Martins Lenhart

Presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão (centro), disse que a idéia é orientar o eleitor para que ele fique atento ao processo eleitoral

Nesta etapa, a campanha tem por objetivo estreitar os laços entre a Justiça Eleitoral e a sociedade, estimulando um comportamento ético e fiscalizador do cidadão ao votar. "A idéia é orientar o eleitor para que ele esteja atento ao processo eleitoral e vote de acordo com a sua consciência, livre de qualquer tipo de pressão", destacou o presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão. O presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, por sua vez, destacou o papel de vanguarda que o Estado vem, há muitos anos, exercendo na área eleitoral. "Basta lembrar que Santa Catarina foi o berço da votação eletrônica", sublinhou.

Também fez uso da palavra o representante do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Márlon Reis, que ressaltou a extrema segurança que as urnas eletrônicas proporcionam ao eleitor. "Entendo que o voto tem sido aviltado pela fragilidade da nossa cultura democrática, mas não pelo sistema", disse.

O presidente da AMB, juiz Mozart Valadares Pires, frisou que a campanha nasceu durante a gestão do juiz catarinense Rodrigo Collaço, quando este esteve na presidência da AMB. Segundo Pires, até a eleição, deverão ser realizadas cerca de três mil audiências em todo Brasil, nas quais serão lançadas a campanha "Eleições Limpas". "Será a oportunidade de que os juízes terão para dialogar com os eleitores, levando informações que poderão ajudar a abolir os maus políticos da vida pública, separando os que entram nela para defender interesses pessoais dos que pretendem defender interesses coletivos. Cada um de nós é um aliado nesta luta pela moralização do processo eleitoral. A participação de vocês aqui hoje mostra que esse tema é, sim, de interesse da sociedade brasileira. Essa é a contribuição da magistratura", assinalou.

Carol Reginato

Evento reuniu magistrados, jornalistas e políticos, entre eles, candidatos à prefeitura de Florianópolis

O coordenador da campanha, juiz Paulo Henrique Martins Machado também defendeu uma maior aproximação dos magistrados junto à sociedade. Para ele, a Justiça só tem como garantir a lisura do processo eleitoral se houver a participação do eleitor. "O juiz precisa estar mais perto da sociedade, principalmente, os que atuam na área eleitoral", ressaltou.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC), desembargador João Eduardo Varella, também aplaudiu a iniciativa da AMB e do TSE. "O TRE catarinense tem se empenhado exaustivamente na realização do que se convencionou chamar de 'Eleições Limpas'. Estamos fazendo todo o esforço para realizar uma eleição que represente efetivamente a vontade popular e estamos perfeitamente habilitados para fazer uma belíssima eleição em 2008", destacou.

"Ficha suja"

Entre os assuntos que surgiram durante o debate que se seguiu após as explanações dos componentes da mesa, destaque para a divulgação feita pela AMB da lista dos candidatos que respondem a processos na Justiça. O presidente da entidade, Mozart Valadares, esclareceu que a AMB em nenhum momento usou o termo "ficha suja". "Essa expressão foi adotada pela mídia", explicou. Segundo ele, a AMB está somente repassando informações que são públicas, sem juízo de valor. "O povo tem o direito de saber e nós, que somos pagos pela sociedade, temos a obrigação de divulgar. Não se trata de pré-julgar, mas de divulgar", acrescentou.

Outros temas, como financiamento público de campanha e voto facultativo também foram abordados durante o encontro. De acordo com o coordenador atual da campanha, Paulo Henrique Machado, tais assuntos já foram alvo de discussão durante a campanha sobre Reforma Política, lançada na gestão do juiz Rodrigo Collaço na AMB. Particularmente, o juiz Mozart Valadares acredita que o Brasil já atingiu um nível de maturidade política que permitiria a adoção do voto facultativo.

TOGA JUSTA

R. URTIGÃO

Turras

Os ministros Eros Grau e Joaquim Barbosa, do STF, andam às turras novamente. O caso Daniel Dantas/Opportunity provocou "ácida" discussão entre os juízes, em razão da concessão de liminar ao executivo de Dantas, Humberto Braz (que tentou subornar um delegado federal, em favor de Dantas), que foi dada em razão da prisão a que fora submetido.

Irritado, Eros Grau disse que na sua decisão não julgou a culpabilidade ou a inocência do acusado, mas sim os fundamentos legais da prisão preventiva.

Em entrevista concedida à Folha de São Paulo (25/08, A-16), o ministro Joaquim Barbosa fez críticas a advogados de "certas elites, que monopolizam a agenda do Judiciário, inclusive a do Supremo, outros marcando audiências para pedir que seus processos sejam julgados com prioridade, na frente dos que entraram na Corte há mais tempo". Negando ser "encrenqueiro", o ministro Barbosa afirmou: "enganaram-se os que pensavam que o STF iria ter um negro submisso, subserviente".

Posse

A posse do ministro César Asfor Rocha, na presidência do STJ, foi uma das mais concorridas (cerca de três mil presentes) da história da "Corte Cidadã". Compareceram os chefes dos três dos poderes da República, parlamentares, ministros de Estado, governadores, presidentes de Tribunais (inclusive o de Santa Catarina), magistrados, advogados e amigos (só do Ceará, mais de 400). Nos discursos do MP e da OAB (um texto agressivo do presidente Brito) predominaram as críticas ao "grampeamento telefônico" do ministro Gilmar Mendes. A fala do ministro Asfor Rocha foi contemporalizadora, técnica e propositiva de mudanças legais e comportamentais para a agilização de procedimentos à nova reforma do Judiciário que está por vir.

Antigüidade

O fator antigüidade para ocupar cargos de direção nos Tribunais do país não se exaure em si mesmo. É necessário que o candidato mais antigo obtenha a maioria dos votos no colegiado a que pertence (Tribunal Pleno) para alcançar o posto.

O mais antigo deverá ser o mais votado, de acordo com o quórum regimental; se não for, passa o direito de ascensão para o colega subseqüente.

Prestígio

A aprovação da Câmara Especial Regional de Chapecó, única do gênero no país, por expressiva maioria do Pleno, demonstrou o prestígio e a liderança do presidente do Poder Judiciário catarinense, desembargador Francisco de Oliveira Filho.

Solenidade

Já estão circulando os convites para a Sessão Solene de outorga de Medalhas do Mérito Judiciário, em comemoração aos 117 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que será realizada no dia primeiro de outubro próximo.

A Ordem do Mérito Judiciário foi criada para prestar homenagem àqueles cidadãos que se destacaram de forma notável, contribuindo, direta ou indiretamente, para o engrandecimento da Justiça catarinense, bem como para materializar o reconhecimento, empenho e dedicação de magistrados e servidores.

Costa da Lagoa (publicação "Florianópolis das 100 praias", textos de Nereu do Vale Pereira e fotos de Catarina Rüdiger e Carlito Ferreira)

Toguinha

➡O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vive orgulhando-se de não ler livros, algo que considera chato, dizendo que é um certificado de garantia de suas origens populares!

➡O juiz substituto da 2ª Vara Criminal de Erechim (RS), Marcelo Mezzano, contrário à aplicação da Lei Maria da Penha, recomendou às mulheres da sua comarca que, para se protegerem da violência doméstica, não devem escolher "homens bagaceiro e pudim de cachaça", porque a maioria das agressões ocorre em razão do alcoolismo masculino. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher repudiou as declarações do magistrado.

➡O Pleno do TJ/SC, em deliberação administrativa de 20/08, aprovou à unanimidade o pedido de remoção por antiguidade do juiz Alexandre Dittrich Bühr, para a 1ª Vara Cível da Comarca de Joaçaba.

➡Segundo a jornalista Sonia Racy (OESP), "a justiça argentina está passando o seu Judiciário à limpo. 23% dos juízes do país estão sendo investigados por decisões equivocadas ou por corrupção, pelo Conselho da Magistratura. A medida atinge cerca de 200 magistrados federais que caíram na teia".

➡O Ministério da Educação e Cultura cortou 3.313 vagas em cursos de direito no país. São 33% dos 16.231 cursos supervisionados que foram atingidos em razão da péssima qualidade do ensino. Em Florianópolis, foi atingida a Faculdade de Ciências Sociais (CESUSC), que ensina Direito, com o corte de 88 vagas.

Vagas

Com a aposentadoria no início de outubro do desembargador Orli Ataíde Rodrigues, deverá ser eleito e tomar posse no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) o novo desembargador Vitor José Sebem Ferreira.

Na próxima vaga de aposentadoria, também para outubro, do desembargador Anselmo Cerello, o substituto deverá ser eleito pelo critério de merecimento

Segundo comentários da "Rádio Corredor" do TJ, estão cotados para a vaga os juízes substitutos de segundo grau Jaime Luiz Vicari e Rejane Andersen.

Código de Ética

Aprovado na sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) do dia 26 de agosto, o Código de Ética da Magistratura Nacional já vem causando polêmica. Alguns magistrados – principalmente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) -, alegam que o estatuto afeta a nova proposta de alteração da Lei Orgânica da Magistratura, sendo que esta já dispõe sobre os deveres e comportamento ético dos magistrados.

Aduzem ainda que o CNJ não possui legitimidade para criar e aprovar o Código de Ética, tarefa esta que deveria ser conferida a uma lei complementar, discutida pela categoria e pela sociedade, amplamente, no âmbito do Congresso Nacional.

O novo Código veda que juízes manifestem-se sobre processos seus ou de colegas ainda não julgados; que devem evitar comportamentos que impliquem em busca injustificada e desmesurada por reconhecimento ou promoção social, inclusive de publicações neste sentido

Dizem alguns, que o Código é um retorno às exigências "reinícolas" de comportamento de magistrados, do tempo das Ordenações, e que dificultará o relacionamento informal da magistratura com os meios de comunicação.

Conciliação

A juíza carioca e conselheira do CNJ, Andréa Pachá, solicitou do presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), desembargador Francisco de Oliveira Filho, informações sobre atos normativos que tratem de conciliação, no âmbito do Tribunal, e respectivos dados estatísticos. A tarefa foi delegada ao presidente do Núcleo de Conciliação do Tribunal, desembargador Marcus Túlio Sartorato, que acionou o Coordenador para o pronto fornecimento do material.

A conselheira Andréa Pachá é presidente da Comissão de Acesso à Justiça, Juizados Especiais e Conciliação, integrada também pelo desembargador catarinense Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.

Agravo

Tramita na Câmara Federal projeto de lei visando à modificação no procedimento do recurso de agravo de instrumento, que é interposto contra a não admissibilidade de recurso especial, nos Tribunais de Justiça e nos Regionais Federais.

Pelo projeto, não admitido o especial, interposto o agravo, este sobe ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos próprios autos e não mais instrumentalizado. Justifica o autor que, se deferido o agravo, os autos já estão em mão do relator para exame e decisão do mérito.

O valor social e a força econômica dos fundos de pensão

NELSON MISSIAS DE MORAIS •

Além de sua função social (garantir a aposentadoria do participante), os fundos de pensão ou planos de previdência complementar constituem, hoje, uma das principais alavancas do desenvolvimento do país e de sua economia. Quando aplicam seus recursos em uma empresa demonstram confiança em seu crescimento e, principalmente, na economia nacional. Não se trata apenas de ganhar dinheiro, pois o capital destinado a investimentos de longo prazo garante benefícios ao investidor e a toda a sociedade.

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), hoje, no Brasil, os fundos detêm R$ 460 bilhões, recursos que, bem aplicados, rentabilizam o patrimônio financiador dos benefícios. A gestão dos recursos é profissional, baseadas nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e nas normas que regulam o setor.

Estudo divulgado pela consultoria Watson Wyatt, assessoria previdenciária das mais respeitadas em todo o mundo, mostrou que, ao final de 2006, os 300 maiores fundos de pensão do mundo ultrapassaram o patamar de US$ 10 trilhões em patrimônio líquido. A maior concentração está nos EUA (43%), seguido do Japão (15%), Reino Unido (7%), Holanda (6%) e Canadá (5%). O Brasil tem três representantes nesta lista: Previ, Petros e Funcef. Nos Estados Unidos, os maiores fundos de pensão dos empregados, somados aos 35 grandes fundos de pensão setoriais, já possuem o controle de praticamente todas as 1.000 maiores empresas industriais.

O Brasil possui o maior sistema de previdência complementar da América Latina e um dos dez maiores do mundo em termos absolutos. O setor consolidou-se no país como grande investidor. As 371 entidades fechadas são responsáveis por US$ 165,94 bilhões em investimentos, o que coloca o país no 8º lugar no ranking mundial dos que têm maior volume de recursos administrados pelos fundos de pensão. Estes fundos investem nos principais setores da economia: energia elétrica, siderurgia, telecomunicações, petroquímica, indústria de alimentos, produção de aviões e mineração. São R$ 131 bilhões investidos diretamente no capital social das empresas, contribuição inestimável ao desenvolvimento econômico nacional.

Ainda que pouco conhecidos, especialmente entre os trabalhadores brasileiros, os planos de previdência complementar associativa estão em franca expansão. Do final de 2006 até o primeiro semestre de 2007, cresceram 30%. A tendência é de forte crescimento nos próximos anos, impulsionado especialmente por dois fatores. Primeiro, pelo aumento da expectativa de vida do brasileiro, que, combinada à fecundidade decrescente, alterou o perfil demográfico do país, aumentando a população idosa; segundo, pela preocupação crescente com a incapacidade do regime geral de previdência de fornecer aposentadoria digna. O

maior receio é que o regime geral de previdência seja incapaz de assegurar, na velhice, a manutenção do padrão de vida de que os trabalhadores desfrutam quando em atividade.

Depois do INSS, a previdência complementar no Brasil é a maior pagadora de benefícios. O OABPrev - para advogados e dependentes - reúne 25 mil participantes, um patrimônio de R$ 200 milhões e já é um dos maiores do país. Depois dos advogados, engenheiros, dentistas, médicos, comerciários, chegou a vez dos magistrados e de outros membros de carreiras jurídicas.

Os magistrados mineiros e os membros do Ministério Público começaram a semana alcançando mais essa importante e histórica conquista, com o lançamento de seu plano de previdência complementar (o JUSPREV). No âmbito nacional, o JUSPREV foi oficializado em dezembro do ano passado. Seis meses depois, já contamos com 45 associações de carreiras jurídicas do país, que, somadas, têm cerca de 100 mil associados.

Segundo o secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Ricardo Pena, o JUSPREV já nasce como o sexto maior plano de previdência fechada do país.

Os excelentes resultados demonstram a união e a força associativa. O objetivo é oferecer aos magistrados mineiros e aos membros do Ministério Público e seus familiares, através de entidade própria, previdência segura, de baixos custos e rentabilidade diferenciada, que lhes assegure um padrão de vida uniforme, sem que a aposentadoria, ou até mesmo a ausência do participante, impacte financeiramente a si e/ou aos seus.

A preocupação maior é com os juízes e membros de outras carreiras jurídicas que estão fora do regime antigo, por não terem garantia de que vão receber proventos integrais após a aposentadoria (referimo-nos aos que ingressaram na carreira após a reforma da Previdência de 2003). Mas há outras razões para a adesão: o plano é de contribuição definida, assim o participante sabe com quanto vai contribuir e tem uma simulação de cálculo de quanto irá receber no futuro; um associado não paga a conta do outro, cada um receberá de acordo com a sua contribuição, deduzidas as taxas de administração e gestão; o risco para o plano é zero.

Também é admitida a portabilidade daqueles que já possuem planos contratados em bancos, permitindo transferir os recursos de um fundo para outro. Outro ponto positivo é que as contribuições efetuadas são dedutíveis do cálculo do imposto de renda até o limite de 12% da renda bruta anual. Além da segurança futura que se conquista, o novo plano se caracteriza também como bom investimento, e ao lado da função social, estimulará o crescimento do país, gerando emprego e riqueza.

• Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis

CURSO DE PREPARAÇÃO PARA A MAGISTRATURA

PROVA DE INGRESSO • MÓDULOS I E II
Inscrições: 10 de novembro a 10 de dezembro

⇨Reconhecido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), conforme EC nº 45. Cada módulo equivale a um ano de atividade jurídica.

AULAS
De terça a quinta-feira
Das 8h às 11h30min e das 19h às 22h30min

MÓDULO I
Consolidação e aprofundamento de conhecimentos teóricos das disciplinas essenciais para o concurso da magistratura.
• Carga horária mínima: 360 horas -aula

MÓDULO II
Aulas técnicas e práticas com ênfase em provas e teses de concursos anteriores e outras atividades direcionadas ao preparo dos alunos para o concurso da magistratura e para o exercício efetivo da profissão.
• Carga horária mínima: 390 horas-aula

MÓDULO III
Denominado Residência Judicial, consiste no treinamento prático em atividade jurídica, sob orientação de magistrados, que preparam os alunos para o concurso e para o melhor desempenho como juiz após aprovação.
• Carga horária: 1800 horas

AMC
ESMESC

Venha você também fazer parte desta história!

Rua dos Bambus, 116 • Itacorubi • Florianópolis|SC
Telefone: (48) 3231.3045 • www.esmesc.org.br